



PALESTRA DE HOMENAGEM AO PROFESSOR ERNÂNI LOPES

PATROCÍNIO EXCLUSIVO



por **JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO**

PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

Realizada a 17 de Fevereiro de 2012, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

ao Professor Ernâni Lopes para integrar a Comissão Estratégica dos Oceanos, como reconhecimento da sua visão estratégica sobre o Mar e o Oceano Atlântico. Como membro da Comissão, o Professor Ernâni Lopes produziu estudos aprofundados sobre a importância do Mar para a competitividade da economia portuguesa no quadro da União Europeia, assim como no contexto do Atlântico Sul. Ernâni Lopes era aliás um apaixonado da Lusofonia e recordo várias conversas que com ele tive sobre a posição de Portugal na Europa

e as relações com os países de expressão oficial portuguesa. O Professor Ernâni Lopes manteve até ao fim da vida uma capacidade notável para analisar as grandes questões estratégicas, políticas e económicas com as quais a Europa e Portugal se confrontam, e uma louvável disponibilidade para a intervenção pública. Sempre me impressionaram a inteligência, convicção e entusiasmo que o Professor Ernâni Lopes colocava nas suas posições. O seu contributo público e o seu legado intelectual serão certamente recordados por muito tempo.

A homenagem que hoje prestamos constitui uma oportunidade para partilhar convosco algumas breves reflexões sobre a Europa e, sobretudo, o modo como estamos a preparar hoje o seu futuro. Começaria a minha intervenção abordando uma das áreas mais importantes para garantir esse futuro: o crescimento económico.

Fazer a Europa Crescer Economicamente

Um crescimento económico sustentável é fundamental para a Europa e para os europeus. Mais difícil é, no entanto, saber como conseguir esse crescimento, em especial num contexto em que a crise financeira abalou seriamente os alicerces tradicionais das políticas económicas e em que é muito exíguo o espaço oferecido pela política orçamental. A Comissão Europeia e eu próprio temos insistido neste ponto. Logo no início do meu segundo mandato, apresentei um quadro de referência para o crescimento económico, a Estratégia

WWW.NOVAIDADANIA.PT 17



Dossier

“Europa 2020”, o qual identifica, como prioridades europeias, um crescimento assente na inovação e no conhecimento, com o objectivo de reforçar, por um lado, a justiça e a coesão sociais e, por outro lado, a competitividade internacional da Europa. É verdade que todos desejam e defendem mais crescimento económico. Mas é fundamental perceber quais as políticas correctas. Como demonstra a crise europeia, nem todas as formas de crescimento são sustentáveis. Algumas causam mesmo problemas financeiros e económicos graves. Por exemplo, desequilíbrios persistentes entre poupança e investimento financiado por recurso ao crédito, quer interno quer externo, conduzem a níveis elevados de endividamento, o que torna as economias muito vulneráveis aos mercados financeiros. O que pode ser particularmente prejudicial num contexto como aquele em que vivemos, onde os investidores avaliam, permanentemente, os riscos que estão dispostos a correr. Por outro lado, um crescimento sustentado implica em alguns casos a prévia correcção de desequilíbrios fundamentais, seja nas contas públicas, na balança externa ou nas poupanças das famílias. Estes ajustamentos levam necessariamente a um abrandamento da economia, e por vezes podem mesmo conduzir a uma recessão. Mas sem a correcção de tais desequilíbrios, não tenhamos ilusões, não há crescimento. O travão ao crescimento económico são os desequilíbrios, não é o ajustamento. Naquilo que acabo de dizer, terão por certo reconhecido o caso de Portugal. O país encontra-se hoje num processo de profundo ajustamento estrutural. Este ajustamento não é um fim em si. Mas é um processo indispensável para regressar ao crescimento económico.

Para restabelecer a confiança dos investidores – e o investimento é essencial para o crescimento – torna-se necessário mostrar de forma rápida e inequívoca que a dívida pública está a ser colocada numa trajectória descendente. É também por isso que as metas para a correcção do défice orçamental português são ambiciosas. E, estou certo, a ambição será cumprida e o país colherá os frutos resultantes desse cumprimento. Um crescimento económico durável e sólido exige também reformas estruturais. Por exemplo, é necessário

reformular as regras laborais e os mercados de trabalho de modo a torná-los mais produtivos. Neste domínio, não posso deixar de realçar o recente acordo feito em Portugal entre o governo e os parceiros sociais. Tal como a recente alteração da lei do arrendamento e o início, bem sucedido, do processo das privatizações.

É igualmente indispensável reforçar a aposta na investigação universitária e na inovação científica, de modo a que os nossos sistemas educativos criem profissionais com as competências adequadas para triunfarem num mundo mais competitivo. É essencial introduzir reformas fiscais e na área da justiça de modo a criar ambientes seguros e convidativos para os investimentos.

Continuar a ignorar os problemas estruturais e manter políticas imediatistas só agravará ainda mais a pesada factura para as futuras gerações. Ou seja, a conjugação do ajustamento orçamental com reformas estruturais é uma estratégia virada para o crescimento sustentado. Por isso não é correcto caracterizar o actual programa de assistência financeira a Portugal como sendo essencialmente contraccionista. Ele é, acima de tudo, um programa para o reforço da competitividade de Portugal. E Portugal dispõe de 78 mil milhões de euros para o executar, maioritariamente financiados pela União Europeia, e que de ou-

tro modo não teria. Como aliás disse, e bem, o Primeiro Ministro de Portugal, a execução daquele programa faz-se para o bem dos portugueses e não para satisfazer exigências recebidas do exterior. O crescimento económico pode vir também daquilo que é a “jóia da coroa” da União Europeia: o mercado único. Ao longo de quase seis décadas de construção europeia, o mercado único tem sido um dos motores das economias dos países europeus. Há ainda uma grande margem para afinar esse motor de crescimento. Por isso, a Comissão Europeia tem apresentado um conjunto de propostas que visa aprofundar o mercado único de serviços, construir o mercado único digital e consolidar o mercado europeu da energia. Foi com satisfação que vi o último Conselho Europeu decidir no sentido de se acelerar a aplicação destas propostas.

Mais mercado único significa mais benefícios para os cidadãos europeus. Tem sido assim durante a história da integração europeia e será assim no futuro. O aprofundamento do mercado único poderá ser particularmente benéfico para Portugal pois para o nosso país o aumento das exportações constitui uma condição vital para a correcção dos desequilíbrios. A Comissão Europeia apresentou igualmente medidas para reforçar o apoio às pequenas e médias empresas. As PME constituem a

A COMISSÃO EUROPEIA APRESENTOU MEDIDAS PARA REFORÇAR O APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS QUE, PARA ALÉM DE CONSTITUIREM A ESPINHA DORSAL DAS ECONOMIAS DOS PAÍSES EUROPEUS, SÃO INDISPENSÁVEIS PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO E PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGO





espinha dorsal das economias dos países europeus. São indispensáveis para o crescimento económico e para a criação de emprego. Costumo dizer que há na Europa cerca de 23 milhões de PMS e temos na Europa hoje 23 milhões de desempregados. Se cada PME contratasse um trabalhador, a questão do desemprego ficaria resolvida. Há naturalmente um certo simplismo neste exemplo. Mas a mensagem que pretendo transmitir é a seguinte: a Europa tem capacidade para combater o terrível flagelo social que é o desemprego. E devemos fazer tudo para ganhar esta batalha.

Em particular, é fundamental diminuir o desemprego entre os jovens. Nalguns países europeus, enfrentamos mesmo uma situação de emergência social, com o desemprego jovem a ultrapassar os 40%. Em Portugal, atinge cerca de 30% dos mais novos. Esta situação é inaceitável. Por isso propusemos um programa “garantia para a juventude” que visa assegurar empregos ou estágios profissionais aos jovens, durante os quatro meses após o fim dos estudos, utilizando para o efeito montantes do Fundo Social Europeu. Através destes fundos, o programa apoiará empresas que queiram contratar jovens estagiários. E Portugal irá participar activamente neste programa. Mais recentemente decidi criar na Comissão “Equipas de Acção” para se deslocarem de imediato aos Estados Membros com mais altas taxas de desemprego juvenil para em conjunto com as autoridades do país redireccionar fundos europeus para acções com impacto imediato no emprego dos jovens. Está prevista para muito em breve a deslocação de uma “Equipa de Acção” a Portugal. Ainda no âmbito dos fundos estruturais, e na sequência de uma proposta da Comissão, Portugal recebeu no início deste ano 609 milhões de Euros resultantes da redução da participação nacional no co-financiamento para a utilização dos fundos comunitários.

Esta transferência significativa de recursos deverá, assim o espero, ser utilizada em investimentos que estimulem o crescimento económico. O investimento público é também necessário para relançar o crescimento. Contudo, como a maior parte dos países europeus possui hoje reduzidíssima margem orçamental, é essencial

apostar nos fundos estruturais (daí, a importância da nossa proposta de perspectivas financeiras para o período 2014-2020) e nas possibilidades da sua maximização. Nesse sentido, propusemos a criação de “Project Bonds” (obrigações de projecto) que permitirão relançar o investimento em áreas como os transportes, a energia e a economia digital. No próximo Conselho Europeu, no início de Março, voltarei a este tema, procurando que os Estados



SE CADA PME
CONTRATASSE UM
TRABALHADOR,
A QUESTÃO DO
DESEMPREGO FICARIA
RESOLVIDA. HÁ
NATURALMENTE UM
CERTO SIMPLISMO
NESTE EXEMPLO. MAS
A MENSAGEM QUE
PRETENDO TRANSMITIR
É A SEGUINTE: A EUROPA
TEM CAPACIDADE PARA
COMBATER O TERRÍVEL
FLAGELO SOCIAL QUE É O
DESEMPREGO. E DEVEMOS
FAZER TUDO PARA
GANHAR ESTA BATALHA.



Membros aceitem as nossas propostas de projectos-piloto, ainda antes de 2014, de modo a procurar contribuir para o crescimento. Finalmente, devo lembrar que o desafio do crescimento económico não é um exclusivo de Portugal. É um desafio difícil que se põe à Europa e a outras economias desenvolvidas do mundo. É por isso que queria dar uma palavra especial aos jovens aqui presentes. Vocês são o futuro de Portugal e da Europa. Apesar das enormes dificuldades que enfrentamos hoje, a Europa e Portugal devem aproveitar esta oportunidade para construir uma economia mais sólida, com um crescimento mais sustentável que permita criar bons empregos e aumentar a prosperidade.

O comércio externo e a penetração europeia nos mercados emergentes são igualmente factores indispensáveis para o crescimento económico.

O que mostra, desde logo, a ligação entre as dimensões interna e externa da política e da economia europeias. O mundo não pára, nem espera pela Europa. Como afirmou recentemente a Chanceler Merkel, em Davos, na competição global “não há direitos adquiridos”. O que me leva agora a umas breves considerações sobre o lugar e o papel da Europa no mundo.

As relações externas da União Europeia

Sem uma actuação externa eficaz, o sucesso económico interno será mais difícil. Mas sem unidade europeia, nenhum país europeu exercerá uma influência decisiva no mundo do século XXI. A verdade é que a União Europeia tem reforçado o seu papel nas relações externas. Permitam-me que refira a minha própria experiência. Se compararmos com há uns anos atrás, quando desempenhei as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, hoje o peso da União Europeia na diplomacia mundial é muito superior.

Não é possível decidir questões verdadeiramente importantes a nível global sem a participação da Europa. Razão pela qual, realizamos Cimeiras regulares com as maiores potências globais – por exemplo, acabei de regressar da Ásia onde me reuni com os líderes da Índia e da China – e também com as principais



Dossier

organizações regionais. A União Europeia participa activamente nas instituições, formais ou não-formais, de concertação mundial como o G20, o G8, as Nações Unidas, o FMI, a OMC e o Banco Mundial. Nos grandes temas da governação global, como o comércio, o sistema financeiro, o desenvolvimento, a agenda climática, a energia, a segurança alimentar, as migrações, os direitos humanos, a não-proliferação nuclear, a resolução de conflitos regionais, a União Europeia desempenha um papel central, e em muitos casos de liderança. Tendo em conta a situação que acabei de descrever, não exagero se afirmar que a União Europeia se tornou numa nova voz da diplomacia global. Em muitos aspectos, ultrapassámos mesmo as expectativas de muitos. Todos entenderão o alcance das minhas palavras, se vos recordar o aviso de Jacques Delors, talvez para temperar algumas ilusões que existiam na época, logo a seguir à entrada em vigor do Tratado de Maastricht: “não vamos falar de uma política externa – o objectivo está fora do alcance – mas da possibilidade de acções externas comuns”.

A União Europeia talvez não tenha ainda uma política externa integrada, mas percorremos um longo caminho nos últimos vinte anos, e temos certamente bem mais do que simplesmente algumas acções externas comuns. Durante os anos à frente da Comissão Europeia, um dos meus objectivos tem sido contribuir para uma postura mais estratégica por parte da União Europeia. Numa Palestra de homenagem ao Professor Ernâni Lopes, nada de mais apropriado do que introduzir a questão da estratégia. Tema que o apaixonou e sobre o qual escreveu, sempre com uma grande qualidade e inovação intelectual.

Uma das marcas de uma estratégia externa eficiente é a capacidade de moldar o ordenamento político internacional de acordo com os nossos interesses e valores. A questão estratégica fundadora da política externa europeia é a de saber qual o tipo de ordem global favorável à defesa dos nossos objectivos. Permitam-me que identifique alguns desses objectivos. Um deles será sem dúvida a multilateralização das relações internacionais. Perdoem o palavreado, mas é necessário distinguir multipolaridade de multilateralismo. O primeiro refere-

se à distribuição do poder entre as potências, descrevendo um sistema com várias grandes potências, como será o mundo do século XXI, em contraste por exemplo com a bipolaridade da segunda metade do século XX, dominado por apenas duas superpotências. Por outro lado, o termo multilateralismo diz respeito ao modo como se ordena as relações entre os actores internacionais e ao modo como se organiza o poder. Num sistema multilateral, as organizações e as instituições desempenham um papel central na formulação das regras e das normas que regulam as relações internacionais. Num sistema multilateral, apesar de uma inevitável diferenciação de poder entre os Estados, como resultado de factores territoriais, demográficos, económicos e tecnológicos, entre outros, reconhece-se e respeita-se um conjunto de direitos fundamentais partilhados por todos. Finalmente, num sistema multilateral o direito tende a prevalecer sobre o uso da força. Olhando para o mundo de hoje, não é claro que o triunfo do multilateralismo seja inevitável. Existem sinais preocupantes de aumento de rivalidades estratégicas e geopolíticas. Um pouco por todo o lado, aumenta igualmente a competição pelos recursos naturais. Surgem mesmo sinais de procura de consolidação de esferas de influência.

O proteccionismo económico e o nacionalismo político continuam bem visíveis. Nalgumas regiões, intensificam-se os conflitos de natureza identitária, aliás procurando muitas vezes instrumentalizar os sentimentos religiosos. Estes riscos e estas ameaças podem provocar a emergência de confrontos e conflitos entre as potências e um enfraquecimento das regras e das instituições multilaterais. Pela sua experiência histórica, a Europa tem o dever e o direito de avisar sobre os perigos de uma competição geopolítica multipolar, sem uma regulação multilateral eficaz. E a experiência é vital. Para a maioria das potências emergentes, o mundo multipolar constitui uma experiência positiva. Significa desde logo a sua expansão, o seu enriquecimento. Mais importante, significa a realização do que julgam ser o seu destino merecido e natural. E devemos entender esta satisfação. Pelas suas dimensões, não nos deve espantar que a China, a Índia, e o Brasil sejam gran-

des potências mundiais. O perigo será a tentação da hubris que por vezes impede de reconhecer os limites de poder e a necessidade de moderação diplomática. A Europa, por seu lado, conhece o lado mais negativo das rivalidades multipolares. Estas causaram guerras e tragédias terríveis. E não foi assim há tanto tempo. Há pouco mais de duas décadas, metade da Europa estava dominada por regimes totalitários. E a divisão europeia foi uma consequência directa da mais devastadora guerra multipolar que a Europa conheceu, a Segunda Guerra Mundial. Foi só com a queda do Muro de Berlim que terminou aquilo a que alguns chamaram a “longa guerra civil europeia de 1914 a 1989”. A construção europeia respondeu à necessidade de impedir que as rivalidades multipolares terminassem em guerras. O seu sucesso é o sucesso do multilateralismo sobre os confrontos multipolares. Por isso, pela sua experiência histórica, a Europa pode avisar que seria dramático se o futuro do mundo multipolar fosse igual ao passado da Europa multipolar, e pode acrescentar que a melhor maneira de evitá-lo é através da criação de instituições e regras multilaterais, porque essa é também a experiência europeia.

Nas palavras elegantes de Tony Judt, “Por causa dos horrores do seu passado, os europeus estão particularmente bem posicionados para oferecer ao mundo conselhos modestos de modo a que não se repitam as tragédias do passado”. E Judt, com familiares mortos em campos de concentração e outros obrigados a abandonar as suas casas, sabia do que falava. Mas quero sublinhar a expressão conselhos modestos.

Pela sua experiência, a Europa deve propor e lutar pelo reforço das regras e das instituições próprias do convívio internacional, mas não deverá adoptar a pretensão de querer impor um modelo ao resto do mundo. Além do mais, a construção europeia explica-se por afinidades culturais, por um percurso histórico próprio, por valores políticos e ideológicos, por consensos económicos e sociais que não encontram paralelo em qualquer parte do mundo. Nesse sentido, o projecto europeu é único. O compromisso europeu com o multilateralismo tem influenciado positivamente a construção de um ordenamento global que permita a con-



A UNIÃO EUROPEIA ASSUME O INTERESSE EM COMBATER O PROTECCIONISMO E EM PRESERVAR E REFORÇAR O SISTEMA GLOBAL DE COMÉRCIO LIVRE. SOMOS A MAIOR POTÊNCIA COMERCIAL DO MUNDO. UM AMBIENTE GLOBAL FAVORÁVEL AO COMÉRCIO E AOS INVESTIMENTOS É ESSENCIAL PARA O BEM-ESTAR, A PROSPERIDADE, E O EMPREGO DOS EUROPEUS.

vergência entre as várias potências. Veja-se o exemplo do G20. A União Europeia esteve na origem da sua elevação a um Grupo que se reúne regularmente ao nível dos Chefes de Estado e de Governo. Foi uma iniciativa que tomámos com o então Presidente do Conselho Europeu, no final de 2008, numa reunião em Camp David com o então Presidente dos Estados Unidos. O G20 viria a estabelecer-se como o primeiro e

mais importante Fórum de coordenação de políticas económicas. Na altura, a causa foi a crise financeira. Mas entretanto a importância do G20 para a ordem global ultrapassou essa própria crise. Tornou-se num pilar de uma ordem multilateral para o mundo do século XXI. E a Europa, devemos dizê-lo sem timidez, liderou este processo.

A União Europeia está assim a prosseguir uma estratégia de multilate-

ralização da ordem global, o que corresponde aos seus interesses. Há uma outra questão, igualmente crucial para os interesses europeus, onde a Europa procura moldar o ordenamento internacional: o sistema de comércio livre. Tal como no caso do multilateralismo, também aqui a tarefa não é nada fácil, e a crise está a torná-la mais difícil. A verdade é que as medidas proteccionistas crescem um pouco por todo o lado. A União Europeia, porém, assume o interesse em combater o proteccionismo e em preservar e reforçar o sistema global de comércio livre. Somos a maior potência comercial do mundo. Um ambiente global favorável ao comércio e aos investimentos é essencial para o bem-estar, a prosperidade, e o emprego dos europeus. Poderia ter falado de outros interesses externos para a Europa, como a estabilidade e a reforma da sua vizinhança, ou garantir a segurança do acesso a recursos naturais indispensáveis para a nossa prosperidade. Mas o tempo vai longo e não me permite estender as minhas reflexões. Quis dizer-vos, e desculpem por alguma ironia que possam encontrar na minha expressão, que há Europa para além da crise. A Europa é também um projecto de valores, um projecto de vida em comum assente nos princípios da liberdade e da solidariedade.

A resolução da crise é obviamente a mais imediata das prioridades. Mas a União Europeia saberá encontrar as forças para modernizar o seu modelo de economia social de mercado, e para continuar a defender os valores da liberdade, da democracia, da justiça social e da paz. Assim, além da haver Europa para além da crise, estou convicto que haverá uma Europa mais forte depois da crise. Jean Monnet costumava dizer que a construção europeia seria a soma das suas crises. E de facto tem sido assim ao longo da história da construção europeia. A própria integração europeia começou por causa de uma das maiores tragédias que se abateu sobre o nosso continente. A crise actual constituiu a oportunidade para refundar o projecto europeu. Uma Europa refundada para evitar os erros do passado recente. E uma Europa mais coesa e mais forte para defender melhor os valores e os interesses dos seus cidadãos na nova ordem global do século XXI. ■

